

INFORMA



Sindicato Único dos Trabalhadores
em Educação de Minas Gerais
Filiado à CNTE e à CUT

NOSSA ESCOLA É



A cada ano letivo, nós, educadores da escola pública mineira, enfrentamos desafios cada vez maiores. O cansaço, o adoecimento e a sobrecarga de trabalho tornaram-se parte da nossa rotina. Crescem a ansiedade e a incerteza; diminui o prazer de ensinar. As perspectivas de futuro se estreitam, e o sonho de uma carreira digna e estável parece ceder lugar a uma sucessão de batalhas árduas e imprevisíveis.

As tarefas se agigantam. Somos submetidos a constantes mudanças no ambiente e nas relações de trabalho: novas cobranças, regras instáveis, decretos, resoluções e "inovações" pedagógicas impossíveis de acompanhar.

A falta de investimento e desvios de finalidade em relação à aplicação dos recursos da Educação agrava ainda mais a situação. Lidamos diariamente com salas superlotadas, infraestrutura precária e escassez de recursos básicos.

Sentimo-nos desvalorizados e silenciados. A um arrocho salarial sem precedentes soma-se a precarização dos vínculos empregatícios, a ausência de mecanismos de valorização efetiva em planos de carreira e os constantes ataques aos nossos direitos e conquistas históricas. A alienação profissional cresce à medida que a desmotivação não é fruto de falta de compromisso, mas resultado de um sistema que nega a oferta da educação pública de qualidade como um direito social e dever do Estado.

Nesse sentido, é necessário reafirmar o óbvio: NOSSA ESCOLA É PÚBLICA! É preciso reafirmar que não abrimos mão da gestão democrática, do conhecimento historicamente produzido, do contexto social dos sujeitos da escola, dos direitos humanos, da diversidade, da pluralidade e da liberdade de pensamento, e tampouco do respeito aos(às) profissionais da educação com condições de trabalho dignas e saudáveis.

NOSSA ESCOLA É PÚBLICA! Do coletivo, plural e diversa. Somos nós, funcionários(as), professores(as), pedagogos(as), direção, estudantes, que a construímos.

NOSSA ESCOLA É PÚBLICA! Ela materializa a diversidade e a liberdade através de conceitos complexos, porque educar é mais que dominar técnicas, métodos e teorias.

NOSSA ESCOLA É PÚBLICA! E reafirmamos este conceito no enfrentamento às políticas de destruição impostas pelo governo Romeu Zema através do gerenciamento empresarial adotado pela SEE, ao cobrar cumprimento de metas sem valorizar a vida, ao exigir números sem se preocupar com o ser humano.

NOSSA ESCOLA É PÚBLICA! É nosso espaço social de trabalho, seja dentro da sala de aula ou em outros espaços como a secretaria, a cozinha, o pátio, a biblioteca. É no conhecimento e na consciência política que redefinimos as escolhas pedagógicas, pois a escola sozinha não reverte os processos de desumanização, mas contribui para não reforçar e superá-los. Sendo assim, é preciso compreender o momento histórico que vivemos e reorganizar nosso processo de luta.

Se 2024 foi um ano de muita luta e resistência, o governo de Romeu Zema não dá sinais de mudar sua política educacional. Ao contrário, insiste no modelo neoliberal de educação, seja por políticas internas privatistas, como a plataforma, seja por externas, como a cessão da gestão escolar para grupos privados.

Em 2025, precisaremos manter e intensificar nossa luta. Uma luta travada no chão da escola e contra todas as políticas nefastas do atual governo, especialmente em defesa das escolas públicas, com gestão e financiamento públicos, e do respeito aos profissionais da educação

Que estejamos juntos em 2025.

Nossa escolha é pela escola pública! À luta!

PLENÁRIAS REGIONAIS APONTAM EIXOS DA LUTA EM 2025



✓ **Salário** por inteiro;
✓ **Trabalho** com dignidade;
✓ **Carreira** que valoriza.

As plenárias regionais ocorridas entre os dias 17 e 20 deste mês apontaram para a construção de uma pauta de reivindicações ancorada na defesa da valorização de professores(as) e funcionários(as), na ativa e aposentados(as), como premissa inegociável para a qualidade da educação.

Em nossas análises, caracterizamos a atual conjuntura como um período de transformação da escola pública em um ambiente adoeecedor: uma fábrica de números, marcada pela primazia das metas no lugar da

interesses privados sobre o público, de punições, pressão e assédio em contraponto à possibilidade de um trabalho humanizado e valorizado.

Os encontros foram marcados por discussões e debates que apontaram a complexidade da realidade que enfrentamos e que pretende, mas não pode nos imobilizar. O arrocho salarial ao qual nossa categoria foi submetida pelo atual governo caracteriza a gravidade do momento e aponta a necessidade de forte mobilização para reverter este cenário.

aprendizagem, do autoritarismo em vez da gestão democrática, dos

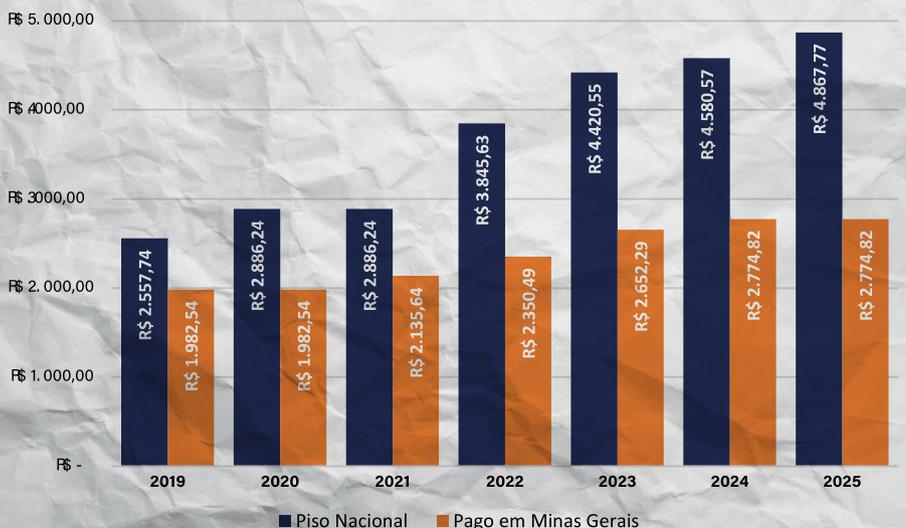
Desde 2019, os trabalhadores em educação sofreram um achatamento salarial que este ano chega a R\$ 2.092,95, quando comparamos a diferença entre os valores do Piso Salarial Nacional e os salários efetivamente praticados pelo atual governo de Minas.

Com o argumento da proporcionalidade, o governo Zema transformou o Piso em teto. Ao ignorar o Piso Nacional, o governo não apenas congelou os salários, mas reduziu drasticamente o poder de compra da categoria.

A desvalorização profissional e o achatamento salarial em Minas Gerais chegam ao limite do absurdo. É hora de dizer basta e reagir!

O ARROCHO SALARIAL NA PONTA DO LÁPIS!

PISO NACIONAL X VALOR PRATICADO EM MINAS GERAIS (2019-2025)



➔ Em 2019, o governo pagava um salário equivalente a 77,51% do valor do piso nacional.

➔ Em 2025, o governo paga apenas 57,0% do piso nacional. Isso significa que, nos últimos anos, perdemos 29,4% de nosso poder aquisitivo.



A SITUAÇÃO É GRAVE!

Se o governo estadual tivesse apenas mantido a política de reajuste acompanhando os percentuais do Piso Nacional, hoje o salário inicial dos professores seria R\$ 3.930,30. Mas a realidade é outra: Minas paga R\$ 2.774,82 para os PBEs, ou seja, R\$ 1.155,48 a menos. Todos os demais cargos da Educação, recebem hoje, 29,40% A MENOS do que recebiam quando no início do governo Zema. Veja:

Cargo	Valor inicial em 2015	Valor que estaríamos recebendo, se o governo tivesse mantido a política de reajuste conforme o PSPN	Valor inicial pago pelo Governo Zema em 2025
PEB	1.982,54	3.930,30	2.774,82
EEB 24H	1.982,54	3.930,30	2.774,82
ANE 30H	2.478,18	4.912,88	3.468,53
ANE-IE	4.956,36	9.825,77	6.937,06
AEB 30H	2.478,18	4.912,88	3.468,53
TDE/ATB 30H	1.369,73	2.715,43	1.917,11
ASE 30H	1.369,73	2.715,43	1.917,11
ASB 30H	921,99	1.827,80	1.466,59

Fonte: Arquivos Subseção Dieese no Sind-UTE/MG (Tabelas de Vencimento Básico disponibilizadas pela Seplag a cada ano).
Elaboração: Subseção Dieese no Sind-UTE/MG.



BASTA DE CALOTE!

TODOS OS MESES, O GOVERNO ZEMA SUBTRAI PARTE SIGNIFICATIVA DE NOSSA REMUNERAÇÃO

Cargo	Quanto Zema retira dos nossos salários, mensalmente
PEB	1.155,48
EEB 24H	1.155,48
ANE/AEB 30H	1.444,35
ANE 40H	1.925,80
ANE-IE	2.888,71
TDE 30H	798,32
ATB/ASE 30H	798,32
ASB 30H	361,21

Fonte: Arquivos Subseção Dieese no Sind-UTE/MG (Tabelas de Vencimento Básico disponibilizadas pela Seplag a cada ano).
Elaboração: Subseção Dieese no Sind-UTE/MG.



APOSENTADORIA DIGNA, SIM!

As conquistas históricas da categoria são indissociáveis da luta e do trabalho incansável de quem, hoje, está aposentado(a). Dos planos de carreira aos direitos mais básicos, como férias e a hora-atividade, nada caiu do céu. Hoje, contamos com o engajamento de cada educador(a) para defender o direito a uma aposentadoria digna, com saúde, tranquilidade financeira e condições para uma vida plena

Fim do brutal desconto da previdência

O governo Romeu Zema desconta 14% sobre todo o valor de aposentadoria que ultrapassa três salários mínimos (R\$ 4.554). O SindUTE defende o fim do desconto da previdência até o teto do INSS. Com isso, o desconto seria implantado apenas a partir do teto de R\$ 8.157,41.

Justiça para aposentados(as) sem paridade

O SindUTE defende a criação de uma política de recomposição dos salários dos(as) aposentados(as) sem paridade, aqueles(as) que ingressaram no serviço público após 31 de dezembro de 2003 e cujos salários não têm como referência os salários dos(as) colegas da ativa.

Outras pautas importantes e que nos unificam

- O pagamento imediato e corrigido de todas as verbas retidas;
- A concessão da promoção por escolaridade para os profissionais da educação, no mês subsequente à comprovação da titulação necessária para o nível pretendido;
- E a implementação e o pagamento imediato do adicional de insalubridade para a carreira de ASBs.

Dinheiro tem!

Anualmente, quando projeta os gastos e as receitas do orçamento, o Estado subestima a arrecadação para justificar que não terá dinheiro para pagar o que nos deve.

Trata-se de uma manobra desmascarada todos os anos,

quando a realidade das finanças do Executivo vem a público. O governo tem dinheiro em caixa, margem fiscal e plenas condições de pagar o reajuste deste ano e quitar suas dívidas com os (as) servidores(as).

→ **R\$ 5,1 BILHÕES**

é quanto o Estado tem sobrando em caixa para gastar como quiser, desde o início de 2024.

→ **R\$ 9,1 BILHÕES**

é o valor que o Estado arrecadou a mais do que esperava em 2024.

→ **R\$ 10,1 BILHÕES**

é o que o Estado deixa de arrecadar concedendo isenções fiscais para beneficiar empresas e amigos empresários.



SAIBA MAIS
SOBRE CADA
PONTO DE PAUTA
DA CAMPANHA
SALARIAL/2025



- ✓ **Salário** por inteiro;
- ✓ **Trabalho** com dignidade;
- ✓ **Carreira** que valoriza.

SindUTE
SOMOS TODOS NÓS